ATA DA SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA REGIONAL CATALAO/UFG, REALIZADA NO DIA ONZE DE MARÇO DE 2015

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze às 08 horas e 41 minutos, no Miniauditório Congadas da UFG/Regional Catalão reuniram-se os membros do Conselho Gestor da UFG/Regional Catalão, autoconvocados em caráter extraordinário, sob a presidência do Diretor Prof. Dr. Thiago Jabur Bittar para deliberar sobre o Orçamento/2015. Na oportunidade compareceram os seguintes Conselheiros: Alexander Meireles da Silva, Alexandre de Assis Bueno, Ana Paula Pinheiro Zago, Anderson Luiz Ferreira em substituição a Antônio Carlos de Oliveira Júnior, Denis Rezende de Jesus, Élida Alves da Silva, Fátima Pacheco de Santana Inácio, João Donizete Lima, Luanna Lopes Lobato, Marco Paulo Guimarães, Maria Helena de Paula, Nilton Luís Moreira, Paulo Henrique Silva Azevedo, Regma Maria dos Santos, Cacildo Galdino Ribeiro em substituição a Renata Alessandra Evangelista, Roberto Ferreira Tavares, Thiago Porto de Almeida Freitas, Wender Rodrigues de Siqueira e Wilson Kiffer Soares Júnior. Os conselheiros Lincoln Lucílio Romualdo e Serigne Ababacar Cisse Ba justificaram a ausência. **Havendo** quórum, o presidente iniciou a sessão comentando sobre a repercussão do corte realizado pelo Governo Federal na verba destinada à Educação. O conselheiro Professor Alexandre Bueno falou que a figura do diretor nas Regionais vai ganhando configuração política e que, em situação de crise, ele deve apresentar esse aspecto político e buscar parceiros de maneira ampla, sem depender apenas de parceiros locais e usuais. A conselheira Professora Regma Santos disse que é preciso estreitar o caminho entre Catalão e Brasília, o que pode ser feito via Associação dos Docentes do Campus Catalão (ADCAC) com a Direção da Regional. Iniciando os informes da reunião, a conselheira Professora Élida Silva disse que apareceram algumas dúvidas que ela procurou dar encaminhamento no Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF) e na Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD), solicitando que todos os processos referentes a obras decorrentes da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do projeto de expansão, realizadas na Regional Catalão, venham para a Regional Catalão. A respeito da participação dos chefes de Unidades Acadêmicas Especiais (UAEs) em discussões sobre orçamento, disse que solicitou a vinda da Coordenadora de Orçamento da PROAD para fazer uma reunião na Regional a fim de explicar o funcionamento da questão orçamentária e seus procedimentos. Sobre buscar recursos fora da UFG e da Regional disse que solicitou à superintendência da Receita Federal doação de equipamentos diversos. Dando andamento à pauta da reunião, a conselheira Professora Élida Silva apresentou um quadro resumo com as especificações de despesas da Regional Catalão, de custeio e capital, previstas para o ano de dois mil e quinze. Iniciou detalhando as despesas básicas de custeio previstas para este ano, que somam sete milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e treze centavos (R$ 7.188.898,13), contudo, R$ 6.539.251,96 é o total estimado que virá de custeio para a Regional Catalão, e, na sequência, tirou as dúvidas expostas pelos conselheiros. Em relação à capacitação de pessoal, explicou que pode ser solicitado ao DDRH que arque com as despesas, o que não vinha sendo feito. Esclareceu que a rubrica que não foi reduzida, é porque tem valor pré-fixado em contrato, não permitindo alteração. Durante a discussão surgiram sugestões para redução de gastos, como realização de defesas de mestrado através de videoconferências. Em discussão sobre a redução de bolsas de monitorias e estagiários, a conselheira Professora Regma disse que é preciso repensar o orçamento a partir da realidade da Regional, considerando o objetivo maior da instituição que é a formação do aluno; é preciso repensar o orçamento não cortando o que é benefício para a formação do aluno. A conselheira Professora Ana Paula Zago disse que a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) e a Coordenação de Extensão e Cultura (CEC) deveriam continuar o atendimento aos Coordenadores das UAEs e elaboração da documentação própria. Os conselheiros Cacildo Galdino Ribeiro e Maria Helena de Paula disseram que estas coordenações não deixaram de atender os coordenadores, mas que há novas atribuições surgidas com o novo estatuto. O conselheiro Professor Denis disse que as questões que são pontuais, serão solucionadas aos poucos. O conselheiro Professor Alexander Meireles disse que precisa ser revista e repensada a questão do estagiário para apoiar os cursos. A conselheira Professora Élida falou que esse é o momento de discutir o que vai pagar e o que não vai pagar e que, no panorama ora apresentado, a Regional não tem a quantia de dois milhões, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos (R$ 2.893.987,95) necessária para quitar as despesas de custeio previstas. A seguir, apresentou as

despesas de capital, no intuito de tentar reduzir algum gasto que possa ser revertido para custeio. Explicou que na rubrica obras e instalações a complementação para a construção do almoxarifado, o castelo de água e serviços de urbanização foram aprovadas na reunião de setembro para o orçamento de 2015, mas essas obras não foram iniciadas; com equipamentos para internet já foram gastos trezentos e cinquenta mil reais (R$ 350.000,00) dos quinhentos mil reais (R$ 500.000,00) aprovados para o orçamento de 2015. Disse que referente a despesas de exercícios anteriores tem que pagar um milhão e quinhentos mil reais (R$ 1.500.000,00) da construção do Bloco Multifuncional, um milhão de reais (R$ 1.000.000,00) da construção do Bloco da Anatomia, duzentos e vinte mil reais (R$ 220.000,00) de aquisição de livros e cento e dezesseis mil reais (R$ 116.000,00) da aquisição de arquivo deslizante. Sugeriu que seja mantido o castelo de água; que seja diminuído a quantia a ser gasta com mobiliário e equipamentos, reduzindo para cento e oitenta mil reais (R$ 180.000,000) para aquisição de carteiras escolares. O conselheiro Professor Marco Paulo disse que deve ser cortada a quantia de um milhão e quinhentos mil reais na rubrica obras e instalações, permanecendo somente a despesa com equipamentos para internet, ou seja, retirar a complementação da construção do almoxarifado e dos serviços de urbanização e acessibilidade e a construção do castelo de água. Disse que é hora de concluir o que está em andamento, não iniciando nenhuma nova obra. Ele propôs que não seja reconhecida a dívida do Bloco Multifuncional e nem do Bloco da Anatomia como despesas a serem pagas por esta Regional. Justificou seu entendimento, uma vez que REUNI e consolidação das instituições federais não é para ser dividido por aluno equivalente. Frente a informação repassada pela conselheira Professora Élida Silva de que esse é um valor estimado de orçamento, podendo o montante não ser repassado integralmente às Universidades, o conselheiro Professor Alexandre Bueno sugeriu, como alternativa, empenhar o maior número de custeio possível, considerando que o custeio é que mantém as atividades na Universidade. Ele lembrou que quando foi aprovada a não renovação dos contratos de estagiários para o setor administrativo, a situação na Regional era outra; hoje as UAEs necessitam dos estagiários. Disse que é preciso reconsiderar esta decisão, concordando que o ano de dois mil e quinze não é ano propício para iniciar obra. Disse que é preciso priorizar as condições de trabalho de cada docente e as condições de estudos dos alunos. Disse, também, que deverão ser mantidos os servidores terceirizados e que o corte das bolsas dos alunos estagiários terá impacto negativo na Regional, uma vez que grande parte deles são carentes. A conselheira Professora Élida Silva esclareceu que está conseguindo manter, sem redução, os servidores terceirizados e que a recomendação da Reitoria foi para que se tentasse reduzir as despesas. Disse que sua ideia é solicitar os empenhos todos no início do ano e exigir que sejam cumpridos dentro do orçamento do ano em exercício. Disse, também, que o corte proposto é de dez bolsas de monitoria e nove de estágios. O conselheiro Professor João Donizete lembrou que a sobrecarga de trabalho, de natureza administrativa, desempenhada pelos docentes, tem comprometido a realização das atividades de pesquisa, ensino e extensão, essenciais para que aconteça a progressão do professor. Lembrou, também, que no ano de dois mil e dez o Pró-Reitor de Administração e Finanças esteve na Regional dizendo que fosse paga internet da empresa WGO, com o compromisso de que a partir do ano de dois mil e treze a Universidade passaria a fornecer toda a estrutura de internet para a Regional; disse que essa dívida também não deve ser reconhecida pela Regional, sugerindo que seja feito um documento solicitando isso ao atual Reitor, que, por coincidência, no ano de dois mil e dez era o Pró-Reitor de Administração e Finanças. O Presidente falou que, além da parte técnica, tem feito a parte política procurando parceiros para criar uma rede de internet rápida da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), como a que existe em Goiânia, que fornece conexão de quatro gigabytes. Disse que, nesse sentido já conversou com o diretor do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC) e com o diretor do Instituto Federal de Catalão. A conselheira Professora Ana Paula Zago disse que é preciso estruturar a Regional como um todo e não cada unidade querer se estruturar sozinha; é preciso ver as prioridades e, em conjunto, otimizar as ações, unificar alguns serviços e não sobrecarregar servidores, em benefício de outros. Ela observou que coordenadores de pesquisa das Unidades Acadêmicas Especiais (UAEs) não tem funcionário para apoio em suas atividades administrativas. O conselheiro Professor Thiago Porto propôs que se evite que o orçamento atual entre no vermelho e que o castelo de água entre como

prioridade frente as próximas obras a iniciar. O conselheiro Professor Alexander Meireles propôs que sejam mantidos os estagiários nos setores administrativos e que seja cancelada a construção do castelo de água. O conselheiro Professor Marco Paulo disse que deve se investir em segurança eletrônica, uma vez que ela gera economia com funcionários. Após as discussões, na rubrica obras e instalações, os conselheiros foram unânimes em suspender a construção do almoxarifado, do castelo de água e os serviços de urbanização e acessibilidade, que juntos representam uma economia de um milhão e quinhentos mil reais (R$1.500.000,00) no orçamento da Regional. Permaneceu a despesa com equipamentos para internet, quando a conselheira Professora Élida Silva colocou em votação qual o valor a ser gasto nesta rubrica; perguntou se mantém os quinhentos mil reais (R$ 500.000,00) de capital, previamente destinados para esse fim, ou, se se destina somente os trezentos e cinquenta mil reais (R$ 350.000,00) que já foram gastos com internet. Em votação, foi aprovada a destinação de quinhentos mil reais (R$ 500.000,00) para internet, destinando os cento e cinquenta mil reais (R$ 150.000,00) que ainda não foram gastos, para aquisição de uma switch core. O conselheiro Professor Marco Paulo disse que a Regional vai ficar bem confortável para fazer o documento de não reconhecimento da dívida, uma vez que cortou vários itens do orçamento. A conselheira Professora Élida Silva disse que, para fazer o documento de não reconhecimento das dívidas, deve-se antes fazer um relatório constando o que foi pactuado no REUNI e na expansão. A conselheira Professora Fátima Pacheco pediu esclarecimentos a respeito de verbas que vêm para a Regional, proveniente de projetos e editais, por algum motivo não é gasta e ninguém sabe dizer onde foi aplicado o dinheiro. A conselheira Professora Élida Silva disse que vai apresentar um relatório do centro de custos da Direção e das UAEs, esclarecendo em qual centro de custos foi empenhado o orçamento da Regional. Discutindo sobre serviços de urbanização e acessibilidade, o conselheiro Professor João Donizete lembrou que a Prefeitura Municipal solicitou à gestão anterior que a Regional Catalão abrisse uma rua no seu interior, para que a mesma fizesse parte da malha urbana da cidade, por isso deve ser obrigação da mesma recuperá-la. Disse que em relação à questão da acessibilidade, o Ministério Público poderá acionar e obrigar a universidade a se adequar às normas. Na questão da aquisição de livros, o conselheiro Professor Alexandre Bueno solicitou que retire esse item e deixe que as UAEs decidam onde gastar esse valor, não exclusivamente em livros. A conselheira Bibliotecária Lilian Jordânia explicou que a Biblioteca faz o gerenciamento da verba destinada a esse fim e que a universidade é obrigada a adquirir livros anualmente e que pode ser diminuído o valor, mas ele não pode ser extinto. Após as discussões, a conselheira Professora Élida Silva colocou em votação a rubrica referente a equipamentos e material permanente, ficando mantido o valor destinado ao Curso de Engenharia Civil em atendimento ao documento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que não entra na deliberação. Assim, na votação, a aquisição de livros ficou mantida, por unanimidade. Em relação a mobiliários, propôs comprar o essencial, destinando o valor de trezentos e cinquenta mil reais (R$ 350.000,00) para as UAEs. Em votação, a proposta de destinar trezentos e cinquenta mil reais (R$ 350.000,00) para as Unidades recebeu nove votos favoráveis e a proposta de manter quinhentos mil reais (R$ 500.000,00) recebeu quatro votos favoráveis, ficando aprovado o valor de trezentos e cinquenta mil reais (R$ 350.000,00) para as UAEs e para a Regional foi aprovado, por unanimidade, reduzir de trezentos mil reais (R$ 300.000,00) para cento e oitenta mil reais (R$ 180.000,00). Na sequência, colocou em votação o orçamento referente a Custeio, que foi aprovado por unanimidade, com quarenta bolsas de monitoria e quarenta e oito bolsas de estágio, ficando destinadas oito bolsas de estágios para setores que tiverem servidores técnico-administrativos afastados para qualificação, oito para as funções administrativas nas UAEs – sendo uma para cada Unidade, vinte para os laboratórios e doze para a Direção. Após a aprovação do orçamento, a conselheira Professora Élida disse que vai rodar o modelo de distribuição do orçamento entre UAEs, cujos dados serão verificados pelos componentes da Comissão Permanente de Orçamento da Regional Catalão e solicitou que não seja necessário o retorno ao Conselho Gestor para aprovação, que colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h46min e eu, Tânia Maria Tartuci, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes. _____

Presidente do Conselho: Thiago Jabur Bittar

Conselheiros:

Alexander Meireles da Silva

Alexandre de Assis Bueno

Ana Paula Pinheiro Zago

Anderson Luiz Ferreira

Cacildo Galdino Ribeiro

Denis Rezende de Jesus

Élida Alves da Silva

Fátima Pacheco de Santana Inácio

João Donizete Lima

Luanna Lopes Lobato

Marco Paulo Guimarães

Maria Helena de Paula

Nilton Luís Moreira

Paulo Henrique Silva Azevedo

Regma Maria dos Santos

Roberto Ferreira Tavares

Thiago Porto de Almeida Freitas

Wender Rodrigues de Siqueira

Wilson Kiffer Soares Júnior